



## SOCIEDADE

# Para Motta, segurança pública tem “metástase”

Governo apresenta PEC aos líderes. Presidente da Câmara compara situação da violência a um “câncer grave”, que exige medidas duras

» DANANDRA ROCHA

O governo deve protocolar proposta de emenda à Constituição (PEC) da Segurança Pública na próxima semana, depois de apresentá-la, ontem, aos líderes partidários. Segundo o presidente da Câmara dos Deputados, Hugo Motta (Republicanos-PL), há uma “convergência” entre as legendas em torno da urgência da pauta, mesmo com divergências sobre o conteúdo da matéria. Isso porque, para ele, a situação da segurança no país chegou a um estado crítico.

“Se o Brasil fosse um paciente, diria que o nosso paciente está com um câncer grave. E para se tratar um câncer grave, não será com remédios leves. Temos um paciente com metástase, onde a violência e, infelizmente, o crime organizado, se espalharam pelo Brasil todo. Precisamos ser enérgicos nessa resposta”, cobrou.

A reunião de apresentação da PEC foi a portas fechadas, na residência oficial da presidência da Câmara dos Deputados. Dela participaram, além de Motta, os ministros Ricardo Lewandowski (Justiça e Segurança Pública) e Gleisi Hoffmann (Relações Institucionais).

Segundo Motta, será criado um grupo de trabalho permanente para tratar da segurança pública na Câmara. A intenção é que, além da PEC, outras propostas possam ser discutidas de forma coordenada entre o Legislativo e o Executivo.

Marcelo Camargo/Agência Brasil



Segundo Motta, há convergência entre os partidos para acelerar a tramitação da proposta apresentada pelo Executivo. Mas texto é razão de desgosto

Lewandowski, responsável pela formulação do texto, ressaltou o papel do Congresso no avanço da PEC: “Houve uma unanimidade no sentido de reconhecer a importância de discutirmos a segurança pública de nosso país e também a relativa urgência de que isso seja feito no Congresso”, observou.

Para Gleisi, a PEC não deve ser vista como uma pauta do governo, mas como algo de interesse do país. “Não tem oposição ao governo, mas, sim, o compromisso de todos apresentarmos uma proposta estruturada, que organiza o sistema nacional de segurança pública”, salientou, acrescentando que “os líderes tiveram muita

receptividade” sobre a matéria.

### Resistências

Apesar de o governo demonstrar otimismo com a proposta — que visa unificar o enfrentamento ao crime organizado por meio de ações integradas entre União, estados e municípios —,

as primeiras manifestações de oposição foram de contrariedade. A deputada Caroline de Toni (PL-SC) questionou a ideia de unificação das políticas de segurança e colocá-las sob o comando da União. “É muito perigosa a centralização das normas de competência por parte da União. É na ponta, no município, é nos estados onde

a gente vê o problema do sistema penitenciário”, alertou.

Para o deputado Paulo Bilynskyj (PL-SP), presidente da Comissão de Segurança Pública da Câmara, o texto da PEC é “absurdo” e “sem sentido”. Para ele, o governo assumiu uma pauta sem ter força política para bancá-la. “É um preciosismo. A gente vê no texto diversos pontos que, obviamente, vão se alterar.”, afirmou.

Bilynskyj também criticou mudanças específicas no artigo 144 da Constituição, que trata das forças de segurança. Um dos trechos da proposta inclui as guardas municipais no rol de instituições autorizadas a atuar com policiamento ostensivo e comunitário — mas, segundo o deputado, limita a atuação delas às áreas urbanas. Ele ainda comparou o modelo proposto ao Sistema Único de Saúde (SUS), dizendo que, assim como a saúde pública enfrenta falhas operacionais por conta da centralização, a segurança corre o risco de seguir o mesmo caminho.

A PEC pretende ampliar a integração entre os entes federados e permitir que a União estabeleça diretrizes para a segurança pública. O texto propõe alterações nos artigos 21, 22, 23, 24 e 144 da Constituição, com foco na organização e fortalecimento do sistema de segurança pública em todo o país. A proposta começará a tramitar pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), presidida pelo deputado Paulo Azi (União Brasil-BA).

## Peritos criticam exclusão da proposta

» LUANA PATRIOLINO

A PEC da Segurança Pública, apresentada ontem aos líderes partidários, desagradou parte da categoria policial. O documento elaborado pelo Ministério da Justiça deixou de fora a polícia científica, área responsável por produzir e analisar provas técnicas que auxiliam as investigações. Em entrevista ao CB.Poder — parceria do Correio Braziliense com a TV Brasília —, o presidente da Associação Nacional dos Peritos Criminais Federais (APCF), Marcos Camargo, destacou a insatisfação com a exclusão dos

profissionais do projeto.

Conforme salientou, o projeto de integração das forças apresentado pelo ministro da Justiça, Ricardo Lewandowski, é positivo, mas a exclusão dos técnicos pode atrapalhar o andamento das investigações. “Entendemos como positiva a ação do governo federal de também assumir a responsabilidade sobre a segurança pública, mas identificamos alguns problemas na PEC. Um deles é a ausência da previsão constitucional da polícia científica. É um órgão que existe em mais de 20 estados. Existem diversas decisões do Supremo Tribunal Federal (STF)

sobre a legalidade da lei que confere a autonomia aos peritos criminais”, explicou Camargo.

Para o presidente da APCF, a proposta é um “retrocesso”. “A ausência dessa estrutura na PEC da segurança pública reflete, para nós, um erro técnico. Isso pode, inclusive, levar a problemas do próprio recebimento de recursos do fundo — já que temos uma estrutura constitucional de segurança pública e não abarca a área de polícia científica, mesmo havendo uma regulamentação sobre essa atividade”, observou.

Camargo citou a inclusão da guarda municipal na proposta e

argumentou que a polícia científica atende aos mesmos critérios para fazer parte da PEC. “A justificativa para as guardas municipais serem inseridas foram as decisões do STF. Mas temos mais de cinco decisões do Supremo falando não só da constitucionalidade da lei que trata da perícia oficial de natureza criminal, mas, também, sobre a questão da importância da autonomia pericial, da gestão orçamentária, financeira”, ressaltou.

Ele disse que os representantes da classe pretendem continuar dialogando com o Ministério da Justiça e com os parlamentares para tentar a inclusão na PEC.

Bruna Gatton CB/DA Press



Camargo: deixar os técnicos de fora da PEC prejudica investigações



ALEXANDRE GARCIA

“SERÁ QUE, AGORA, VAI ADIANTAR INTIMIDAR O BRASILEIRO OU CENSURAR AS REDES QUE DERAM VOZ A CADA INDIVÍDUO, ORIGEM DO PODER?”

## Farisaísmo

No domingo da manifestação por anistia, na Avenida Paulista, duas coincidências. Foi em São Paulo que, em abril de 1984, se realizou a maior demonstração de apoio pelas Diretas Já da emenda constitucional do deputado Dante de Oliveira (PMDB-MS). A emenda não passou e Tancredo Neves ainda foi eleito pelo Congresso Nacional, como os generais do período militar. Mas as diretas entraram na nova Constituição e, em 1989, os brasileiros elegeram o presidente da República, com voto direto e apuração

fiscalizada pelos partidos.

A outra coincidência é o Evangelho do mesmo domingo, escrito por João, mostrando uma cena de anistia por parte de Jesus, de uma adúltera recém-flagrada. Pela Lei Mosaica, ela deveria ser apedrejada. Os fariseus provocaram Jesus, perguntando o que fazer com ela. Jesus respondeu: “Quem não tiver pecado, que atire a primeira pedra.”

Os circunstâncias, então, foram sumindo. “Mulher, onde estão eles? Ninguém te condenou?” — perguntou Jesus, que havia ficado sozinho com a mulher.

“Ninguém, Senhor”, ela respondeu.

E Jesus: “Nem eu te condeno. Vai e não tornes a pecar”.

O ministro Luís Roberto Barroso já disse que não dá para não punir, porque os insatisfeitos com resultado de eleição tornam a pecar contra o patrimônio público e as instituições. Como na Lei Mosaica: olho por olho, dente por dente. Essa posição do presidente do Supremo Tribunal Federal (STF) ainda está no Velho Testamento. Não entrou na Era Cristã, que recebeu um novo mandamento, que foi aplicado por Jesus à adúltera. Escribas e fariseus achavam que ela deveria ser apedrejada até a morte. Mas descobriam dentro de si que não

tinham poder moral para atirar a primeira pedra.

Se a apuração da eleição fosse bem entendida por cada eleitor; se houvesse um instrumento que garantisse para o eleitor que seu voto está computado certo; se havendo quase empate entre candidatos fosse possível fazer auditoria — como tentou o PSDB na reeleição de Dilma Rousseff —, não haveria a dúvida, a insatisfação, a catarata. A ameaça da Lei de Moisés não baniu o adultério. A punição exagerada de manifestantes do 8 de Janeiro não vai tirar as dúvidas sobre o sistema eleitoral.

Na Câmara, onde começou a emenda Dante de Oliveira pelas diretas, agora o presidente

Hugo Motta (Republicanos-PB), depois de ter afirmado que em 8 de janeiro de 2023 não teve golpe, comete uma contradição afirmando que há assuntos mais urgentes que o projeto de anistia. É como se dissesse que não se importa com as pedras atiradas em punição. Pessoas nos presídios, sem antecedentes criminais, que cometeram o crime de vir a Brasília se manifestar contra um resultado que não conseguiram compreender de uma eleição, estão há dois anos apartadas de suas famílias, de suas atividades, com a liberdade retirada. Foram degredadas ao grau de miseráveis, para as quais o projeto de anistia é a misericórdia.

O projeto de emenda constitucional Diretas Já, de 41 anos atrás, foi “apedrejado” no Congresso, mas não adiantou. A insistência da força popular, a necessidade de cada cidadão decidir quem deve ser presidente, governador, prefeito ou representante, foi mais forte. Não adiantou a tentativa de tutelar o eleitor. Será que, agora, vai adiantar intimidar o brasileiro ou censurar as redes que deram voz a cada indivíduo, origem do poder?

A decisiva atualidade do Evangelho de domingo é que, hoje, os que já tiveram pecado — e foram perdoados pela anistia de 1979 — são os que estão atirando a primeira pedra quando gritam: sem anistia! Não é isso farisaísmo?